

UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 77.858.611/0001- 08

NIRE: 42400001220

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DIGITAL - 002/2020
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2020**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, com início às dezenove horas, em terceira e última convocação, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária Digital os cooperados da Unimed Grande Florianópolis. A participação dos cooperados foi realizada por meio eletrônico através da plataforma Zoom, e a votação também foi através da plataforma Zoom. No início, estiveram presentes 23 (vinte e três) cooperados, convocados por meio de edital publicado no Jornal Notícias do Dia no dia quatro de dezembro de dois mil e vinte. O presidente da Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico, Dr. Théo Fernando Bub – CRM 1515, declarou aberta a Assembleia Geral Extraordinária Digital às 19 horas, em terceira e última convocação, com a presença de 23 (vinte e três) cooperados. O Dr. Théo procedeu à leitura do edital de convocação: “O Presidente do Conselho de Administração da UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 77.858.611/0001-08, com sede na Rua Dom Jaime Câmara, nº 94, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-120, no uso de suas atribuições, e nos termos da legislação vigente e Estatuto Social, convoca, através do presente Edital, todos os cooperados para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na modalidade DIGITAL (virtual), no dia 16 de dezembro de 2020, às 17 horas em primeira convocação - com um mínimo de 2/3 (dois terços) de seus cooperados; às 18 horas em segunda convocação - com um mínimo de metade mais um de seus cooperados; e às 19 horas em terceira convocação - com a presença de no mínimo 10 (dez) cooperados; na qual, havendo número legal, será discutida a seguinte ORDEM DO DIA: **1. Prorrogação do prazo da suspensão do desconto do Fundo de Sustentabilidade Cooperativista - Deliberativo. 2.**

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 1/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AsaYQ4KEssfaexF3mtUA&chave2=Ug8cwwspH_-ckGj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 15506720963-THEO FERNANDO BUB|63770148053-JOSÉ FRANCISCO ZAMBONATO

Alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Econômicas e Regulatórias - Deliberativo. 3. Alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Tributárias - Deliberativo. 4. Reforma Estatutária (alteração do Estatuto Social) – conforme proposta encaminhada previamente aos cooperados - Deliberativo. 5. Assuntos Gerais - Informativo. Nota 1: As informações sobre o funcionamento desta Assembleia na modalidade Digital, a forma de participação e votação a distância, e toda documentação pertinente às matérias a serem deliberadas, estarão disponíveis de forma detalhada no PORTAL DO COOPERADO até 09/12/2020. O acesso do cooperado deverá ser feito através do endereço eletrônico: <https://cooperado.unimedflorianopolis.com.br/Login>. Havendo dúvidas, os cooperados poderão entrar em contato com a área de Relacionamento com o Cooperado pelo e-mail: atendimentocooperado@unimedflorianopolis.com.br. **Nota 2:** Na presente data, a Cooperativa possui 1.948 (um mil novecentos e quarenta e oito) cooperados, sendo 1.647 (um mil e seiscentos e quarenta e sete) com direito a voto, conforme dispõe o Estatuto Social. **Nota 3:** Para todos os fins legais, a assembleia digital ora convocada será considerada como realizada na sede da Cooperativa, nos termos da legislação vigente. **Nota 4:** A Cooperativa não se responsabilizará, tampouco poderá ser responsabilizada, por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos cooperados, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle ou gerência, conforme define a IN DREI nº 81/2020. **Nota 5:** Não é permitida a representação de cooperados em Assembleia Geral por meio de mandatário, conforme § 1º, do art. 42, da Lei 5.764/1971. Florianópolis, 2 de dezembro de 2020. Dr. Théo Fernando Bub - Presidente do Conselho de Administração.” Cabe ressaltar que, além da publicação do Edital no Jornal Notícias do Dia, no dia quatro de dezembro, a Assembleia também foi divulgada aos cooperados pelos meios descritos a seguir nas respectivas datas citadas: Envio de e-flyer por e-mail nos dias quatro de dezembro, nove de dezembro, onze de dezembro, quinze de dezembro e dezois de dezembro; Envio de e-flyer por mensagem no WhatsApp dos cooperados nos dias nove de dezembro, dez de dezembro, quatorze de dezembro e quinze de dezembro. O

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 2/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

11/01/2021

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

material a ser apresentado na Assembleia foi divulgado aos cooperados no Portal do Cooperado (espaço virtual por meio do qual os médicos cooperados possuem acesso às informações da cooperativa), no dia nove de dezembro de dois mil e vinte conforme disposto no Art. 39 § 3º do Estatuto Social da Cooperativa. Também foram afixadas cópias do edital nas dependências da Sede Administrativa, da Unidade Centro e do Hospital Unimed, no dia quatro de dezembro de dois mil e vinte, uma vez que nesses locais há grande circulação de cooperados. Após a leitura do Edital e das informações gerais sobre a Assembleia, o Dr. Théó solicitou a designação de um secretário, sendo necessário que este possua certificado digital para a assinatura da ata, tendo aceito o Dr. José Francisco Zambonato - CRM 7779. A mesa de transmissão da Assembleia foi composta pela Diretoria Executiva da cooperativa conforme segue: Dr. Théó Fernando Bub – CRM 1515 (presidente), Dr. Waldemar de Souza Junior – CRM 5204 (vice-presidente) e Dr. Jolnei Antonio Hawerth – CRM 4863 (superintendente). Dando início à ordem do dia, Dr. Théó passou a palavra ao Diretor Superintendente, Dr. Jolnei, para apresentação do **1º item: Prorrogação do prazo da suspensão do desconto do Fundo Rotativo de Sustentabilidade Cooperativista, por tempo indeterminado, a partir da competência de Janeiro/2021 - Deliberativo**. O Dr. Jolnei deu início a apresentação. O Fundo Rotativo de Sustentabilidade Cooperativista é um fundo divisível e tem por objeto a constituição de uma reserva financeira, aportada por todos os cooperados, através do desconto de 5% (cinco por cento) sobre o valor da produção mensal, após a dedução do corte orçamentário, quando houver. Este Fundo tem por objetivo promover a sustentabilidade da Unimed Grande Florianópolis, em especial quanto ao equilíbrio do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) com a Margem de Solvência, bem como a absorção de eventuais perdas apuradas em exercício. Os descontos deste Fundo iniciaram a partir da competência do mês de janeiro/2014, sendo que o primeiro desconto ocorreu no dia 20/02/2014. Em seguida, apresentou a Evolução do Saldo do Fundo de Sustentabilidade (valores em milhões), o qual é composto pela contribuição mensal de 5% sobre a produção mensal dos cooperados mais os rendimentos - Fevereiro de 2014: R\$ 1,12; Dezembro de 2014: R\$ 14,06; Dezembro de 2015: R\$ 32,06; Dezembro de

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 3/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

2016: R\$ 54,15; Dezembro de 2017: R\$ 72,83; Dezembro de 2018: R\$ 93,17; Dezembro de 2019: R\$ 114,97; Setembro de 2020: R\$ 112,00. Quanto à composição do Fundo Rotativo de Sustentabilidade Cooperativista tem-se os seguintes dados. I) Contribuição de 5%: R\$ 99.565.584,05; II) Rendimentos (atualização monetária): R\$ 23.255.510,26; III) Devoluções por saída de cooperados: R\$ -3.542.442,24; IV) Devoluções da ação emergencial da pandemia: R\$ -7.275.481,34 - Totalizando R\$ 112.003.170,73. Considerando a regra atual de cálculo, a UGF já constituiu 100% da Margem de Solvência Mínima e Total e possui uma suficiência de: R\$ 99,82 na Margem de Solvência Mínima e R\$ 71,76 na Margem de Solvência Total. Considerando que a Unimed Grande Florianópolis conseguiu estruturar o seu Patrimônio Líquido Ajustado e, conseqüentemente, atingir o nível de solvência exigido pela ANS, o Conselho de Administração, por meio do Art. 9º, Parágrafo Terceiro, do Regulamento do Fundo Rotativo de Sustentabilidade Cooperativista, solicita a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária para suspender, por tempo indeterminado, as contribuições ordinárias de 5%, incidentes sobre a produção mensal, a partir da competência de Janeiro/2021 (desconto em 20/02/2021). As contribuições para o Fundo Rotativo de Sustentabilidade Cooperativista (5% sobre a produção médica) serão retomadas quando o Patrimônio Líquido Ajustado for inferior a Margem de Solvência Total, cabendo ao Conselho da Administração a discussão e deliberação da data da retomada dessas contribuições mensais para o fundo, dando publicidade ao ato com base nos termos legais. Antes de abrir a votação, o Dr. Jolnei deu espaço para discussão da pauta pelos cooperados, mas não houve manifestações. Desta forma, Dr. Jolnei colocou a proposta em votação, sendo que o tempo para realizar o voto foi de 05 (cinco) minutos. Para compor o quórum de votação desta pauta, serão necessários os votos da maioria simples dos cooperados presentes, com direito a votar, tendo cada associado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes, conforme disposto no Estatuto Social da Cooperativa. O resultado da votação foi de aprovação da proposta de prorrogação do prazo da suspensão do desconto do Fundo Rotativo de Sustentabilidade Cooperativista, por tempo indeterminado, a partir da competência de Janeiro/2021, com 45 (quarenta e cinco) votos favoráveis (96%),

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 4/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

01 (um) voto contrário (2%) e 01 (uma) abstenção (2%). Com a conclusão da primeira pauta, o Dr. Jolnei passou a palavra para Claudia Turnes - Gerente do Departamento de Controladoria, para apresentação do **2º item: Alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Econômicas e Regulatórias - Deliberativo**. Claudia apresentou as propostas de alteração do regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Econômicas e Regulatórias: **I) Dos Objetivos do Fundo.** Alterar a Redação atual: **Art. 3º** *O presente Fundo tem como objetivo contribuir com a liquidez da cooperativa em eventual e futura necessidade econômica para investimentos e desinvestimentos, contingenciar futura obrigação decorrente de questões regulatórias impostas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.* Sugestão de Alteração: **Art. 3º** *O presente Fundo tem como objetivo contribuir com a liquidez da cooperativa em eventual e futura necessidade econômica para investimentos e desinvestimentos, bem como contingenciar futura obrigação decorrente de questões regulatórias impostas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores e absorver perdas apuradas no exercício.* Parágrafo único – Para fins de observância do teto orçamentário do custo assistencial previsto no Regimento Interno da Cooperativa (teto para fins de corte na produção, o qual é calculado a partir da meta de sinistralidade), o saldo existente no presente Fundo poderá ser considerado como uma dedução do custo assistencial para fins de cálculo da sinistralidade. **II) Dos Recursos do Fundo.** Alterar a redação atual: **§ 4º** *Ao final de cada exercício, o Conselho de Administração avaliará a necessidade de aumentar os valores de aporte para o Fundo. Caso seja apurada tal necessidade, a definição do aumento ocorrerá mediante deliberação em Assembleia Geral, conforme disposto no Art. 9ª.* Sugestão de Alteração: **§ 4º** *Ao final de cada exercício, o Conselho de Administração avaliará a necessidade de aumentar ou reduzir os valores de aporte para o Fundo. Caso seja apurada tal necessidade, a definição do aumento ou diminuição ocorrerá mediante deliberação em Assembleia Geral, conforme disposto no Art. 9ª.* Desta forma, solicita-se à Assembleia Geral a aprovação da alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Econômicas e Regulatórias, conforme proposta apresentada. Dr. Jolnei deu espaço para discussão da pauta pelos cooperados e, como não houve manifestações, colocou

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 5/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

a proposta em votação, com o tempo de 05 (cinco) minutos. Para compor o quórum de votação desta proposta serão necessários os votos da maioria simples dos cooperados presentes, com direito a votar, tendo cada associado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes, conforme disposto no Estatuto Social da Cooperativa. O resultado da votação foi de aprovação da proposta de alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Econômicas e Regulatórias com 47 (quarenta e sete) votos favoráveis (87%), 04 (quatro) votos contrários (7%) e 03 (três) abstenções (6%). Em continuidade, Dr. Jolnei passou a palavra para Dr. Waldemar fazer a apresentação do **3 item: Alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Tributárias - Deliberativo**. Dr. Waldemar apresentou problemas técnicos com o áudio e conexão, sendo que o Dr. Jolnei passou a palavra novamente para Claudia Turnes seguir com a apresentação da pauta. Claudia apresentou as propostas de alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Tributárias. **I) Dos Recursos do Fundo: Alterar a redação atual:** § 3º *Ao final de cada exercício, o Conselho de Administração avaliará a necessidade de aumentar os valores do Fundo, mediante recálculo da contingência tributária da Unimed Grande Florianópolis. Caso seja apurada tal necessidade, os acréscimos deverão ser aportados por parte das sobras anuais dos exercícios subsequentes, mediante a devida aprovação em Assembleia Geral Ordinária, conforme disposições estatutárias da Unimed Grande Florianópolis.* **Sugestão de Alteração:** § 3º Ao final de cada exercício, o Conselho de Administração avaliará a necessidade de aumentar ou reduzir os valores do Fundo, mediante recálculo da contingência tributária da Unimed Grande Florianópolis. Caso seja apurada a necessidade de ajustes nos valores do fundo, a definição do aumento ou redução ocorrerá mediante deliberação em Assembleia Geral, conforme disposições estatutárias da Unimed Grande Florianópolis. **II) Da Liquidação do Fundo: Alterar a redação atual:** Art. 8º *Na hipótese do Art.6º, inciso II, os recursos serão revertidos para o resultado do exercício em que se deu a liquidação do Fundo.* **Sugestão de Alteração:** Art. 8º Na hipótese do Art.6º, inciso II, os recursos serão revertidos para o resultado do exercício em que se deu a liquidação, total ou parcial, do Fundo. Deste modo,

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 6/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wierzchowski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

solicita-se à Assembleia Geral a aprovação da alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Tributárias, conforme proposta apresentada. Novamente foi aberto o espaço aos cooperados para discussão e, como não houve manifestação, Dr. Jolnei colocou a pauta em votação, com o tempo de 05 (cinco) minutos. Para o quórum desta pauta, serão necessários os votos da maioria simples dos cooperados presentes, com direito a votar, tendo cada associado direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes, conforme disposto no Estatuto Social da Cooperativa. O resultado da votação foi de aprovação da proposta de Alteração do Regulamento do Fundo de Reserva para Contingências Tributárias com 53 (cinquenta e três) votos favoráveis (87%), 05 (cinco) votos contrários (8%) e 03 (três) abstenções (5%). Em continuidade, Dr. Jolnei passou a palavra para Dr. Waldemar apresentar o item **4: Reforma Estatutária (alteração do Estatuto Social) - Deliberativo**. Dr. Waldemar informou que as propostas de alteração dos trechos do Estatuto Social tem a finalidade de melhorar a redação. Os trechos a serem alterados, conforme material previamente apresentado aos cooperados, são: **Art. 2º** - Inclusão de um parágrafo, alteração do § 1º, § 2º e exclusão do § 3º, § 7º, § 8º, § 9º; **Art. 6º** - Inclusão de um inciso e de um parágrafo; **Art. 8º** - Exclusão do parágrafo único do Art. 8º; **Art. 9º** - Exclusão deste artigo; **Art. 10** - Transformação do parágrafo único em outro artigo; **Art. 13** - Inclusão de inciso; **Art. 19** - Alteração deste artigo; **Art. 20** - Alteração deste artigo; **Art. 21** - Inclusão de parágrafo; **Art. 22** - Alteração do inciso V; **Art. 23** - Exclusão deste artigo, vinculando os seus parágrafos ao Art. 22; **Art. 26** - Alteração deste artigo e do § 1º; **Art. 27** - Alteração deste artigo; **Art. 32** - Alteração deste artigo e do parágrafo único; **Art. 40** - Alteração deste artigo, dos incisos I e II e do § 1º; **Art. 44** - Alteração do § 1º; **Art. 46** - Alteração deste artigo e exclusão dos incisos I e II; **Art. 50** - Alteração dos incisos I (b) e V e exclusão do parágrafo único; **Art. 52** - Alteração do inciso VI do § 1º e do § 2º; **Art. 53** - Alteração do § 7º; **Art. 57** - Inclusão de inciso; **Art. 68** - Alteração dos incisos II e III e inclusão de novo inciso no § 7º; **Art. 72** - Alteração deste artigo; **Art. 75** - Alteração deste artigo e do § 1º; **Art. 98** - Alteração do § 4º; **Art. 101** - Alteração deste artigo e do parágrafo único; **Art. 103** - Alteração deste artigo e exclusão do parágrafo único; **Art. 104** - Alteração deste artigo e dos incisos III a

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 7/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

VIII, exclusão do inciso IX e inclusão de dois novos incisos e de um parágrafo; **Art. 105** - Alteração dos incisos I a III e inclusão de dois novos incisos; **Art. 111** - Alteração deste artigo; **Art. 114** - Exclusão deste artigo. Deste modo, solicita-se à Assembleia Geral a aprovação das alterações dos dispositivos do Estatuto Social, conforme proposta apresentada. Foi disponibilizado tempo para discussão da pauta pelos cooperados e, como não houve manifestações, o Dr. Waldemar colocou a proposta em votação, com o tempo de 05 (cinco) minutos. Esclareceu que a reforma do estatuto social da cooperativa é matéria de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, sendo necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes aptos a votar para tornar válida a deliberação (Lei 5.764/1971, art. 46). A votação contou com 56 (cinquenta e seis) votos sendo que o resultado foi de aprovação com 45 (quarenta e cinco) votos favoráveis (80%) e 11 (onze) votos contrários (20%). Portanto, foram aprovadas as alterações do Estatuto Social e o novo Estatuto Social consolidado será devidamente registrado e atualizado para os cooperados. Dr. Waldemar passou a palavra para o presidente Dr. Théo Fernando Bub, para a apresentação do **item 5: Assuntos Gerais - Informativo**. Dr. Théo deixou o espaço aberto para manifestações dos cooperados. A Diretoria Executiva comentou que o ano de 2020, apesar da pandemia do Coronavírus, foi um ano bastante favorável para a Unimed Grande Florianópolis. Destacaram a quitação do endividamento bancário pela cooperativa ao banco Itaú, cuja dívida herdada pela atual gestão ultrapassava os R\$152 milhões. Importante destacar que a dívida foi quitada num período incerto da economia nacional, em que as projeções econômicas e financeiras foram afetadas pela pandemia. O resultado extremamente positivo reflete o desempenho da atual gestão pela valorização da cooperativa e do médico cooperado. Comentaram ainda sobre as diversas ações feitas para com os cooperados durante o ano, tais como: a) ação emergencial para o pagamento antecipado da produção médica e devolução do Fundo de Sustentabilidade ao cooperado; b) os aumentos nos honorários médicos de 11% (nos atendimentos prestados a partir de 16/07/2020) e 10% (a partir de 20/10/2020); e, c) a consolidação do modelo de remuneração variável *backbeat*. Após o cumprimento da pauta, o Presidente Dr. Théo Fernando Bub agradeceu a presença dos

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 8/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

cooperados nesta Assembleia Geral Extraordinária Digital. O Presidente declara que atendeu todos os requisitos para a realização desta Assembleia Geral Extraordinária digital, especialmente os constantes na Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. Nada mais tendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a Assembleia, agradecendo a presença de todos. Registra-se que ao longo de toda a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), estiveram presentes, em algum momento da assembleia, um total de 85 (oitenta e cinco) cooperados, considerando votantes e não votantes. A presente ata é cópia fiel da ata arquivada na Cooperativa. **Esta ata foi processada por meio eletrônico.** Florianópolis, 16 de dezembro de 2020.

Dr. Théo Fernando Bub
Presidente
CRM 1515
CPF 155.067.209-63

Dr. José Francisco Zambonato
Secretário
CRM 7779
CPF 637.701.480-53

Esta folha pertence à ata da AGE nº 002/2020 - 16/12/2020 - 9/9



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

11/01/2021

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício



202303365

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
PROTOCOLO	202303365 - 05/01/2021
ATO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
EVENTO	007 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

MATRIZ

NIRE 42400001220
CNPJ 77.858.611/0001-08
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2021
SOB N: 20202303365

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 63770148053 - JOSÉ FRANCISCO ZAMBONATO

Cpf: 15506720963 - THEO FERNANDO BUB



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303365 Protocolo 202303365 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=AsaYQ4KEssfaexF3mTUA&chave2=Ug8cwwspH_-cKgj5CvulIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 15506720963-THEO FERNANDO BUB

Unimed
Grande
Florianópolis

ESTATUTO SOCIAL

**UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício



11/01/2021

ÍNDICE

TÍTULO I - DA COOPERATIVA

CAPÍTULO I - Da Denominação Social, Sede, Foro, Área de Ação, Ano Social e Duração

CAPÍTULO II - Dos Objetivos

TÍTULO II - DOS COOPERADOS

CAPÍTULO I - Das Pessoas Físicas Cooperadas

CAPÍTULO II - Das Pessoas Jurídicas Cooperadas

CAPÍTULO III - Dos Direitos dos Cooperados

CAPÍTULO IV - Dos Deveres dos Cooperados

CAPÍTULO V - Da Demissão, da Exclusão, da Eliminação e do Reingresso do Cooperado

TÍTULO III - DO CAPITAL SOCIAL

TÍTULO IV - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

CAPÍTULO I - Da Assembleia Geral Ordinária

CAPÍTULO II - Da Assembleia Geral Extraordinária

TÍTULO V - DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I - Do Conselho de Administração

CAPÍTULO II - Da Diretoria Executiva

CAPÍTULO III - Do Conselho Consultivo Institucional

CAPÍTULO IV - Do Conselho de Ética Cooperativista

CAPÍTULO V - Do Conselho Fiscal

TÍTULO VI - DO PROCESSO ELEITORAL

TÍTULO VIII - DOS LIVROS

TÍTULO IX - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COOPERATIVA

TÍTULO X - DOS ATOS COOPERATIVOS

TÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS



**ESTATUTO SOCIAL DA UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE
TRABALHO MÉDICO, APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2020.**

**TÍTULO I
DA COOPERATIVA**

**CAPÍTULO I
Da Denominação Social, Sede, Foro, Área de Ação, Ano Social e Duração**

Art. 1º A UNIMED GRANDE FLORIANÓPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (doravante denominada “Cooperativa”), regularmente registrada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE nº. 42400001220, é uma sociedade simples de responsabilidade limitada, constituída nos termos da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e regida pela legislação aplicável às sociedades cooperativas, por este Estatuto, por seu Regimento Interno e pelas disposições legais em vigor, tendo:

I - sede e administração na Rua Dom Jaime Câmara, nº 94, Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-120;

II - cadastro no CNPJ/MF sob o nº 77.858.611/0001-08;

III - registro como Operadora de Planos de Saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), sob o nº 36044-9;

IV - foro jurídico na Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;

V - área de atuação, para efeitos de admissão de cooperados, circunscrita aos municípios da Grande Florianópolis: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas, além de outros municípios circunvizinhos a estes e que venham no futuro a ser anexados à área de atuação da Cooperativa, obedecendo às normas legais;

VI - prazo de duração indeterminado; e

VII - ano social coincidindo com o ano civil.



CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º A Cooperativa terá por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica para a sua defesa econômico-social, concedendo-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento do serviço de assistência médico-hospitalar.

§ 1º No cumprimento de suas atividades, a Cooperativa poderá assinar, contratos com pessoa jurídica do direito público ou privado, promover convênios com pessoas físicas não médicas e/ou jurídicas, para prestação de serviços médico-hospitalares, laboratoriais, de diagnose e de terapias em geral, considerados pela administração da Cooperativa como importantes auxiliares ou mesmo indispensáveis à plena realização de seus fins.

§2º Nos convênios a que se refere o parágrafo anterior, se realizados com pessoa física ou pessoa jurídica sem vínculo de cooperação com a Cooperativa, a administração deverá envidar dos melhores esforços para aplicar remunerações e tabelas com valores inferiores daquelas propostas aos cooperados em ao menos 5% (cinco por cento).

§ 3º A Cooperativa poderá, também em nome de seus cooperados, assinar contratos com pessoas físicas e jurídicas, instituindo planos de assistência médico-hospitalar familiar ou individual, coletivos por adesão ou empresariais.

§ 4º Os cooperados executarão os serviços que lhes forem autorizados pela Cooperativa, exclusivamente nos seus estabelecimentos individuais, clínicas e hospitais autorizados, devendo obedecer às normas de ética cooperativista em vigor na Cooperativa, bem como todas as disposições deste Estatuto, Regimento Interno e demais normas regulatórias e legais aplicáveis.

§ 5º A Cooperativa promoverá a assistência aos cooperados, seus dependentes e colaboradores, de acordo com a disponibilidade e possibilidade técnica, conforme as normas estabelecidas neste Estatuto e no Regimento Interno.

§ 6º A Cooperativa promoverá a educação cooperativista e participará de campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas.

§ 7º Para realização dos objetivos sociais, a Cooperativa poderá associar-se a outras cooperativas e a Federações de Cooperativas, seja como cooperada ou como fundadora de outras cooperativas de 1º e 2º grau, filiar-se a, ou desfiliar-se de Federações de Cooperativas estaduais, regionais e Confederações, com elas colaborando em seus desígnios, obedecidos os limites da lei.



§ 8º Para a realização dos seus objetivos acessórios ou complementares, a Cooperativa poderá participar, em caráter excepcional, como fundadora ou não, de sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, com ou sem fins econômicos, comerciais ou civis, qualquer que seja a forma jurídica que adotarem, subscrevendo e realizando capital quando for o caso, desde que tal participação seja devidamente aprovada em Assembleia Geral.

§ 9º A Cooperativa, respeitando os valores e princípios do cooperativismo, passará a exercer sua função social dentro da comunidade em que está inserida, incluindo a responsabilidade social como forma de gestão estratégica e de negócio, com o intuito de contribuir de forma ética e transparente para ajudar a melhorar as condições sociais e ambientais nos municípios de sua área de atuação, investindo, para tanto, até 10% (dez por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício anterior, conforme deliberação em Assembleia Geral.

§ 10º A Cooperativa prezarão pela eliminação de qualquer forma de intermediação econômica, na prestação de Serviços do médico ao paciente.

TÍTULO II DOS COOPERADOS

CAPÍTULO I Das Pessoas Físicas Cooperadas

Art. 3º Poderão habilitar-se para ingressar na qualidade de sócio-cooperado - pessoa física - os médicos regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, que concordem com o presente Estatuto e exerçam suas atividades dentro da área de ação da Cooperativa, fixada no art.1º, inciso V, deste Estatuto, respeitadas todas as normas, condições e critérios técnicos definidos no Regimento Interno.

§ 1º No Regimento Interno deverá constar tudo o que for relativo aos critérios de abertura do quadro social previstos para cada especialidade médica, a documentação exigida e demais aspectos necessários e pertinentes ao ingresso de cooperados – pessoa física – na Cooperativa.

§ 2º A cooperação somente será reconhecida para a especialidade ou área afim constante na inscrição inicial do candidato e, caso aprovado o seu ingresso na Cooperativa, na qualidade de cooperado, este somente poderá exercer nova especialidade médica ou trabalhar em outra área de atuação mediante ciência e prévia autorização da Cooperativa,

5/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

de acordo com as disposições do Regimento Interno e com as normas do Conselho Federal de Medicina.

§ 3º Os cooperados pessoa física adquirirão e assumirão todas as obrigações decorrentes de Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno, e demais deliberações tomadas pela Cooperativa.

Art. 4º O médico somente poderá iniciar suas atividades como cooperado após a fiscalização dos critérios de cooperação previstos no Regimento Interno pelo Vice-Presidente, e assinatura do Presidente da Cooperativa no Livro de Matrículas.

Art. 5º O número de cooperados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo, entretanto, ser inferior ao que determina a legislação cooperativista vigente.

CAPÍTULO II

Das Pessoas Jurídicas Cooperadas

Art. 6º Respeitados os critérios técnicos relativos às necessidades da Cooperativa e dos seus cooperados no atendimento dos seus objetivos, e atendendo o disposto na Lei nº 5.764/71, art. 6º, inciso I, neste Estatuto e no Regimento Interno, poderá excepcionalmente a Cooperativa, por meio do seu Conselho de Administração, admitir a cooperação pessoas jurídicas somente para prestação de serviços médicos, hospitalares, laboratoriais, de diagnose, terapias e demais serviços, considerados indispensáveis ao exercício da atividade médica, desde que cumpram os seguintes requisitos:

I – serem todos os seus sócios, obrigatoriamente, cooperados como pessoa física, com atuação regular e habitual dentro do quadro social da Cooperativa;

II - para fins de exercícios dos direitos inerentes à relação societária, o representante legal da pessoa jurídica também deverá ser cooperado pessoa física da Cooperativa;

II – não estarem seus sócios, incursos em denúncia ou respondendo a processo ético-administrativo na Cooperativa ou dentro do Sistema Unimed;

III – estarem seus sócios, se previamente apenados, condicionados a um parecer favorável do Conselho de Ética Cooperativista;

IV – terem seus sócios e o seu Representante Legal, por meio de declaração formal, se comprometido a acatar todos os dispositivos legais, estatutários, regimentais internos em vigor e, também, as resoluções emanadas do Conselho de Administração da Cooperativa;
e

6/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

V – não exercerem, seus sócios e a própria pessoa jurídica, atividades prejudiciais ou colidentes com as exercidas pela Cooperativa, não sendo enquadrados como agentes de comércio e/ou empresários que operem no mesmo campo econômico desta, de acordo com o disposto na Lei nº 5.764/71.

§ 1º O objetivo primordial de cooperação da pessoa jurídica será sempre o de propiciar trabalho médico aos cooperados que nela atuem.

§ 2º Será permitido também que pessoas jurídicas cooperadas tenham como sócia outra pessoa jurídica, desde que esta seja constituída exclusivamente por médicos cooperados pessoa física.

§ 3º Na qualidade de cooperada, a pessoa jurídica é titular de direitos e deveres no âmbito societário, como, por exemplo, de participação em deliberações assembleares, voto, fiscalização, recebimento de sobras, participação nas perdas, integralização de quota-parte do capital social, entre outros previstos neste Estatuto, Regimento Interno e legislação aplicável. A cooperação, assim, confere à pessoa jurídica o direito de exercício de direitos e deveres societários. Com isso, a cooperação não garantirá que a pessoa jurídica passará a integrar a rede de prestadores de serviços da Cooperativa. Para ingressar na rede prestadora, as pessoas jurídicas cooperadas deverão se submeter às regras específicas de contratação privada da Cooperativa e, caso aprovadas, firmarão contrato de prestação de serviços para formalização dos serviços, exames e procedimentos que serão prestados no local de sua sede, fluxos operacionais, remuneração, entre outras questões.

Art. 7º A pessoa jurídica somente poderá iniciar suas atividades como cooperada mediante parecer favorável emitido pelo Conselho de Administração e após as assinaturas, no Livro de Matrícula, de seu representante legal e do Presidente da Cooperativa.

Art. 8º A proposta de admissão de pessoa jurídica, com parecer desfavorável do Conselho de Administração, terá sua denegação expedida e participada ao representante legal da mesma, por escrito, em documento oficial da Cooperativa, assinado pelo Presidente, constando os motivos da não cooperação.

Art. 9º - Os médicos cooperados, sócios de pessoas jurídicas cooperadas, poderão optar por receber suas produções por meio da pessoa física ou da jurídica.

Art. 10º - Os médicos cooperados não sócios de pessoas jurídicas cooperadas, mas que nestas prestem serviços, receberão sua produção diretamente da Cooperativa.

Art. 11. Perderá a condição de pessoa jurídica cooperada aquela que deixar de atender as condições necessárias à sua cooperação e/ou permanência na Cooperativa.

7/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

Art. 12. As participações das pessoas jurídicas nas sobras e/ou perdas serão realizadas conforme regras inseridas no Título VIII deste Estatuto.

CAPÍTULO III

Dos Direitos dos Cooperados

Art. 13. São direitos do cooperado:

I - participar de todas as atividades que integrem o objetivo da Cooperativa, operando de acordo com este Estatuto, Regimento Interno e demais normas e diretrizes fixadas pelos órgãos de administração da Cooperativa;

II - participar e votar nas deliberações tomadas nas Assembleias Gerais, exceto quando estiver nas condições contempladas no Art. 35 deste Estatuto;

III - no caso de pessoas físicas, candidatar-se e ser votado para cargos da Cooperativa;

IV - Nas Assembleias Gerais, a pessoa jurídica cooperada será representada pelo seu responsável legal e terá direito a 01 (um) voto, não podendo eleger-se aos cargos sociais;

V - propor à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral as medidas que julgar de interesse da Cooperativa;

VI - examinar, na sede social, em qualquer tempo, o Livro de Matrícula;

VII - solicitar ao Conselho de Administração, por escrito, a qualquer tempo, demissão da Cooperativa;

VIII - solicitar à Diretoria Executiva e ao próprio Conselho de Administração, por escrito, esclarecimentos sobre as atividades da Cooperativa, podendo, ainda, no mês que anteceder à Assembleia Geral Ordinária, examinar os livros contábeis e demais documentos relacionados ao exercício social em encerramento;

IX - participar das sobras e/ou perdas líquidas da Cooperativa em cada exercício social, conforme regras definidas no Título VIII deste Estatuto e deliberação da Assembleia, bem como receber adiantamentos por conta destas sobras, na forma e periodicidade fixadas pelo Conselho de Administração;

X - receber, quando de sua retirada da sociedade, a sua quota-parte do capital integralizado, devidamente atualizada, respeitando o Art. 28, de acordo com os critérios adotados pela cooperativa; e

8/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wierzchowski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

XI - participar dos fundos previstos em lei e daqueles que venham a ser criados pela Cooperativa.

Art. 14. Após encerrar sua atividade profissional, por aposentadoria ou invalidez, o cooperado pessoa física poderá permanecer no quadro social da Cooperativa, somente com o objetivo de usufruir daqueles benefícios oferecidos pela mesma, aos quais ele estiver, à época, em pleno gozo, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, de acordo com a capacidade financeira da Cooperativa.

Art. 15. Serão considerados cooperados beneméritos os médicos que tenham idade igual ou acima de 65 (sessenta e cinco) anos, para homens, e 60 (sessenta) anos, para mulheres, e desde que tenham operado regularmente com a Cooperativa por pelo menos 15 (quinze) anos ininterruptos.

Art. 16. Os benefícios que terão os cooperados beneméritos, bem como a forma de usufruí-los e a sua operacionalização, serão regulamentados no Regimento Interno da Cooperativa.

CAPÍTULO IV **Dos Deveres dos Cooperados**

Art. 17. São deveres do cooperado:

I - integralizar as quotas-partes de capital social que subscreveu, nos limites impostos neste Estatuto, e contribuir com o rateio das perdas, despesas administrativas e operacionais, em conformidade com as disposições estatutárias e deliberativas da Cooperativa;

II - cumprir as disposições legais, deste Estatuto, do Regimento Interno, do Código de Ética Médica, do Código de Conduta da Cooperativa, políticas de *compliance* e as demais normas cooperativistas vigentes;

III - satisfazer pontualmente seus compromissos associativos, entre eles o de prestar atendimento médico, quando solicitado pelos usuários/contratantes da Cooperativa, obedecidas às normas contratuais e às disposições do Regimento Interno, bem como as demais disposições regulatórias e legais aplicáveis;

IV - prestar à Cooperativa, quando solicitado, esclarecimentos relacionados às suas atividades;

9/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

V - não possuir ou exercer atividade colidente ou prejudicial à exercida pela Cooperativa, não sendo agente de comércio ou empresário que opere no mesmo campo econômico, de acordo com a Lei nº 5.764/71;

VI - zelar pela imagem, pela marca, pelo patrimônio moral e material da Cooperativa;

VII - participar dos planos e fundos de amparo aos cooperados e seus familiares e/ou dependentes, aprovados em Assembleia Geral como forma de fortalecimento, defesa e promoção da Cooperativa;

VIII - prestar seus serviços profissionais através do Sistema Cooperativista Unimed de assistência médica, em conformidade com a sistemática de funcionamento deste, mantendo o agendamento regular de consultas aos usuários/contratantes, de acordo com as normas ético-cooperativistas em vigor, bem como demais normas regulatórias e legais aplicáveis.

§1º O cooperado não poderá permanecer no quadro de associados da Cooperativa sem manter uma produção médica mensal compatível com sua condição de associado, devendo obedecer sempre às normas regimentais internas e demais resoluções pertinentes emanadas pelo Conselho de Administração, exceto se incurso na condição do Art. 14 deste Estatuto e nos casos específicos previstos no Regimento Interno da Cooperativa.

§2º O cooperado deverá participar do programa de formação e capacitação continuada da Cooperativa, bem como todos os treinamentos de *compliance* por esta endossados, mantendo acompanhamento ativo do negócio objeto da Cooperativa e ciência das regras de conformidade.

Art. 18. O cooperado responde subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros até o limite do valor das quotas-partes de capital social que subscreveu e o montante das perdas que lhe caibam na proporção das operações que houver realizado com e por meio da Cooperativa, perdurando essa responsabilidade até quando forem aprovadas pela Assembleia Geral as contas do exercício.

§ 1º Em caso de liquidação da Cooperativa, ou quando se for proceder à atualização do valor das quotas de participação societária, os valores pertinentes a cada sócio cooperado, seja tratando-se de sobras ou de perdas, serão proporcionais ao somatório dos valores anuais da produção de cada associado.

§ 2º Se o cooperado não produziu como pessoa física, suas quotas pessoais não sofrerão acréscimo dos valores pertinentes à pessoa jurídica pela qual ele produziu, quando então o cálculo será feito exclusivamente na pessoa jurídica, cabendo-lhe, entretanto, a

10/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

responsabilidade sobre a fração ideal correspondente à sua participação na pessoa jurídica, somente sobre os valores referentes a atos médicos.

§ 3º Os cooperados demitidos, eliminados ou excluídos da Cooperativa, respondem pelo montante das perdas sociais e despesas com a administração da sociedade que lhes couberem, proporcionalmente a sua produção, relativas ao exercício social em que se deu a sua retirada.

§ 4º A responsabilidade do cooperado somente poderá ser evocada depois de judicialmente exigida a da Cooperativa.

Art. 19. As obrigações contraídas pelos cooperados com a Cooperativa e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, quando do seu falecimento, dissolução ou liquidação, passam aos herdeiros ou sucessores, a qualquer título, prescrevendo, porém, após um ano do dia da Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente e que tenha efetivamente analisado a prestação de contas do último exercício civil, respeitando ressalvas registradas em Assembleia.

Parágrafo único. Os herdeiros de cooperado falecido têm direito ao capital social integralizado e demais créditos pertencentes a este, com dedução de eventuais obrigações pendentes com a Cooperativa.

CAPÍTULO V

Da Demissão, da Exclusão, da Eliminação e do Reingresso dos Cooperados

Art. 20. No caso de prática de atos contrários à Lei, ao Estatuto, às deliberações tomadas pela Cooperativa ou às normas éticas, os cooperados estarão sujeitos às penalidades previstas no Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 21. O pedido de demissão realizado pelo cooperado, que não poderá ser negado, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerido ao Presidente do Conselho de Administração, sendo por este levado ao conhecimento do Conselho de Administração, em sua primeira reunião, e averbado no Livro de Matrículas, mediante termo assinado pelo Presidente.

§ 1º Em caso de solicitação de reingresso para cooperado demitido, as quotas de participação societária serão cobradas ao valor vigente, cumprindo, obrigatoriamente, o intervalo de 1 (um) ano desde a data da demissão.

11/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

§ 2º - O reingresso, no caso de demissão voluntária, somente será possível o decurso de 1 (um) ano, contado da data da formalização da demissão, isto é, da data de assinatura/averbação no Livro de Matrícula.

§ 3º Em todos os casos de solicitação de reingresso, o candidato deverá submeter-se às normas vigentes de cooperação.

Art. 22. A eliminação do cooperado, que será aplicada em virtude da infração da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno, das deliberações do Conselho de Administração dentro de sua competência e das Assembleias Gerais, será feita por decisão do Conselho de Administração, após regular processo ético-administrativo, com garantia da ampla defesa e do princípio do contraditório. Os motivos que a determinarem deverão constar de termo lavrado no Livro de Matrícula e assinado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Além dos motivos de direito, o Conselho de Administração é obrigado a eliminar o cooperado que:

I - vier a exercer quaisquer atividades consideradas prejudiciais à Cooperativa ou que colida com os seus objetivos, definidos neste Estatuto e normatizados no Regimento Interno;

II - deixar de exercer atos médicos, na(s) especialidade(s) que lhe facultou(aram) cooperar-se, salvo tenha se habilitado em outra especialidade, aprovado pelo Conselho de Administração, ou quando estiver enquadrado na condição contemplada no art. 14;

III - tiver levado a Cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;

IV - deixar de cumprir disposições da Lei, deste Estatuto, do Regimento Interno e das resoluções e deliberações tomadas pela Cooperativa, se, após ser advertido ou mesmo suspenso e impedido de operar temporariamente com a Cooperativa, não tiver adotado uma atitude correta e indispensável à sua permanência no quadro social desta;

V - tiver sido penalizado disciplinarmente, de acordo com as normas vigentes no Regimento Interno da Cooperativa;

VI - prescrever materiais implantáveis, órteses, próteses e medicamentos de forma contrária à Resolução CFM nº 1.956/2010 e/ou de forma contrária ao rol de procedimentos previstos nas Resoluções da ANS.

§ 2º No caso do cooperado incidir nos motivos previstos no inciso VI, do § 1º, do presente artigo, e tendo a Cooperativa sido obrigada a custear materiais, órteses, próteses e medicamentos de forma distinta do que está estabelecido no Regimento Interno, a

12/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

Cooperativa fica autorizada a cobrar do médico cooperado a diferença entre o valor do tipo cadastrado e aquele decorrente da indicação do médico assistente cooperado.

§ 3º O cooperado eliminado será notificado da eliminação por carta registrada, carta normal ou correio eletrônico, com aviso de recebimento, a qual deverá conter a cópia do termo de eliminação e o pertinente extrato da ata da reunião do Conselho de Administração que a deliberou.

§ 4º O cooperado eliminado poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação, interpor recurso à primeira Assembleia Geral subsequente com efeito suspensivo.

§ 5º Nos casos de eliminação, o cooperado não terá direito ao reingresso.

Art. 23. A exclusão do cooperado ocorrerá:

I - por dissolução, falência, liquidação (judicial ou extrajudicial) da pessoa jurídica;

II - por morte da pessoa física;

III - por incapacidade civil não suprida; ou

IV - por deixar de atender aos requisitos estatutários e regimentais de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Art. 24. A responsabilidade do cooperado demitido, excluído ou eliminado, somente cessará na data de aprovação por Assembleia Geral Ordinária da prestação de contas do exercício no qual ocorreu a demissão, exclusão ou eliminação.

TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL

Art. 25. O capital social da Cooperativa é ilimitado quanto ao máximo, variando conforme o número de quotas-partes subscritas.

§ 1º O capital social é dividido em quotas-partes, cujo valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

§ 2º A quota parte é indivisível e intransferível a não-cooperado.

13/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

§ 3º A quota-parte não poderá ser dada em garantia, de qualquer natureza, e toda sua movimentação (subscrição, integralização, transferência e restituição) será sempre escriturada no Livro de Matrículas da Cooperativa.

§ 4º As quotas-partes, depois de integralizadas, somente poderão ser transferidas entre cooperados, mediante autorização da Assembleia Geral, respeitado o limite máximo de 1/3 (um terço) do valor do capital subscrito, por cooperado.

Art. 26. No ato do ingresso, cada cooperado obriga-se a subscrever o número mínimo de quotas-partes do capital social, correspondente ao valor em moeda corrente estabelecido anualmente pela Assembleia Geral, desde que não exceda a 1/3 (um terço) do valor total do capital social subscrito.

Art. 27. O cooperado deverá integralizar as suas quotas-partes, à vista e em moeda corrente nacional.

Art. 28. Ao capital integralizado, ouvido o Conselho Fiscal e por deliberação de Assembleia Geral, poderão, desde que tenha havido sobras no exercício anterior, ser pagos juros sobre capital próprio (JCP) de até 12% (doze por cento) ao ano.

Art. 29. Nas atualizações das quotas-partes, todo cooperado que ultrapassar 1/3 (um terço) do total das quotas-partes do capital social estará obrigado à cessão gratuita do excedente à Cooperativa, que o adquirirá e destinará de acordo com as normas previstas no Regimento Interno.

Art. 30. Ocorrendo desligamentos por demissão, eliminação ou exclusão de cooperados em número tal que as restituições de capital social possam afetar a estabilidade econômico-financeira da Cooperativa, elas serão efetuadas através de critérios que resguardecam a sua capacidade operacional, em prazo fixado pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal, contados do mês seguinte ao da aprovação do balanço do exercício social em que se derem os desligamentos.

Art. 31. Quando da demissão, eliminação ou exclusão, o cooperado só terá direito à restituição do capital que integralizou, sem correção monetária, e das sobras que lhe tiverem sido registradas após o seu ingresso na Cooperativa, tendo cumprido suas obrigações com as despesas cabíveis e as perdas porventura suscetíveis de rateio.

Parágrafo único. A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida pelo cooperado depois de aprovado pela Assembleia Geral o balanço do exercício em que ocorreu o desligamento.



TÍTULO IV DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 32. A Assembleia Geral é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse da Cooperativa, vinculando a todos os cooperados, ainda que ausentes e discordantes.

Art. 33. É da competência das assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias a eleição ou destituição dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização.

Parágrafo único. Ocorrendo destituição que possa afetar a regularidade da administração ou fiscalização da entidade, poderá a Assembleia designar 5 (cinco) conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 34. A Assembleia Geral será habitualmente convocada pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º. A Assembleia Geral poderá, excepcionalmente, ser convocada pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Compliance, ou por 20% (vinte por cento) dos cooperados em condições de votar.

§ 2º. Além das demais hipóteses previstas no presente Estatuto, a Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente da Federação das Unimeds de Santa Catarina, exclusivamente na hipótese de solicitação de convocação da AGE formulada pelo Conselho de Administração da Federação e não atendida pela Diretoria ou Presidente da Singular.

§ 3º. A convocação da Assembleia Geral Extraordinária pela Federação se dará com a observância das mesmas exigências de publicidade previstas para a convocação das demais Assembleias pela cooperativa, mutatis mutandis.

§ 4º. A Cooperativa encaminhará anualmente para a Federação o cadastro digitalizado de seus cooperados, com vistas a assegurar eventual exercício pleno da publicidade da convocação da assembleia.

Art. 35. Não terá direito a voto e a ser votado nas Assembleias Gerais o cooperado que:

I - tenha sido admitido na data ou após a aprovação do edital de convocação da Assembleia Geral;

15/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

II - não tenha apresentado produção médica durante o exercício social anterior para as deliberações de Assembleia Geral Ordinária;

III - não tenha apresentado produção médica nos últimos 12 (doze) meses para as deliberações de Assembleia Geral Extraordinária;

IV - esteja sob afastamento temporário na data de aprovação do edital de convocação da Assembleia Geral.

Art. 36. Em qualquer das hipóteses referidas no art. 34, as Assembleias Gerais serão convocadas com a antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, de uma hora após para a segunda e de mais uma hora para a terceira e última convocação.

§ 1º As três convocações poderão ser feitas num único edital, desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

§ 2º Para eleição do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, a Assembleia Geral Ordinária será convocada com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, a fim de que se atenda ao prazo de inscrição de candidatos a tais cargos sociais.

Art. 37. Não havendo quórum para instalação da Assembleia Geral convocada nos termos do artigo anterior, serão feitas três novas séries de convocações, cada uma delas com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Se após as novas séries de convocações a que se refere o *caput* deste artigo, ainda assim não houver quórum, será admitida a intenção de dissolver a Cooperativa, fato este que será comunicado às autoridades do cooperativismo.

Art. 38. Os editais de convocação das Assembleias Gerais deverão conter:

I - denominação da Cooperativa, seguida da expressão Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária;

II - o dia e a hora da Assembleia Geral em cada convocação, assim como o local da sua realização;

III - a sequência numérica da convocação;

IV - a Ordem do Dia dos assuntos informativos e deliberativos da pauta, com as devidas especificações;

V - a assinatura do responsável pela convocação;

16/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

VI - formato de realização da Assembleia Geral, sendo presencial, semipresencial ou virtual (digital), conforme o caso, detalhando como será o processo de participação e de votação.

§ 1º No caso de convocação da Assembleia Geral com fundamento nos parágrafos do art. 34, o edital será assinado pelo Coordenador do Conselho Fiscal ou, no mínimo, pelos 5 (cinco) primeiros signatários do documento que a solicitou e, se for pela maioria do Conselho de Administração, por todos os Conselheiros que decidiram pela convocação.

§ 2º Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis nas principais dependências da Cooperativa, publicados através de jornal de grande circulação local e comunicados por qualquer meio aos cooperados.

§ 3º O material a ser apresentado aos cooperados em Assembleia Geral, juntamente com as informações relevantes para melhor compreensão dos itens da Ordem do Dia, deverá ser disponibilizado no Portal do Cooperado com 7 (sete) dias de antecedência.

Art. 39. O quórum para a instalação da Assembleia Geral será de:

I - 2/3 (dois terços) dos cooperados na primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos cooperados na segunda convocação; ou

III - mínimo de 10 (dez) cooperados na terceira convocação.

§ 1º Não será permitida a representação dos cooperados em Assembleia Geral por meio de mandatário, conforme § 1º, do art. 42, da Lei 5.764/1971.

§ 2º O número de cooperados presentes, em cada convocação, será comprovado pelas assinaturas lançadas no Livro de Presenças ou pelos registros eletrônicos do sistema adotado para realização da assembleia semipresencial ou digital ou pelos registros do boletim de voto a distância.

Art. 40. Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, auxiliado por secretário por ele convidado.

Parágrafo único. Nas Assembleias Gerais não convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos parágrafos do art. 34, os trabalhos serão abertos e dirigidos pelo cooperado Coordenador do Conselho Fiscal, ou pelo Cooperado que encabeçar o edital de convocação sendo, nesta circunstância, dirigida por cooperado escolhido dentre os que a solicitaram.

17/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

Art. 41. Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das seguintes matérias:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: Relatório da Gestão; Balanço e Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa e o parecer do Conselho Fiscal; e

II - quando previsto, a fixação dos valores dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética Cooperativista.

Art. 42. Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos Balanços e Contas, o Presidente do Conselho de Administração, logo após a leitura do relatório do Conselho Fiscal, suspenderá os trabalhos e solicitará ao plenário a indicação de um cooperado dentre os presentes para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente e os demais membros deixarão a mesa ou a coordenação dos trabalhos, permanecendo à disposição da Assembleia Geral.

§ 2º O cooperado indicado pelo plenário como coordenador escolherá, dentre os cooperados presentes, um secretário *ad hoc* para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata, pelo secretário da Assembleia.

Art. 43. As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes do Edital de Convocação.

§ 1º O Conselho de Administração poderá determinar alternativas para apuração de votos utilizando-se de meios que otimizem essa contagem por meio de sistemas e tecnologias acessíveis para que os cooperados participem e votem, a distância, presencial ou semi-presencialmente, de acordo com o formato de realização da Assembleia, porém respeitando os quóruns deliberativos previstos neste Estatuto e as normas de segurança, confiabilidade e transparência das informações.

§ 2º Nas Sessões de Julgamento de recurso interposto por cooperado eliminado em decorrência de decisão proferida pelo Conselho de Administração, o regime de votação será secreto.

Art. 44. Para registro e arquivamento das atas das Assembleias Gerais da Cooperativa na Junta Comercial competente deverão ser observados todos os normativos e a legislação vigente.



Art. 45. Salvo disposição em contrário nesse Estatuto, as deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria simples dos cooperados presentes no momento da votação e com direito a voto, tendo cada cooperado direito a 1 (um) só voto.

Art. 46. Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações tomadas em Assembleia Geral viciadas por erro, dolo, fraude, simulação ou em violação à Lei ou a este Estatuto, contados a partir da data de sua realização.

Art. 47. A Assembleia Geral, diante de temas relevantes e específicos, poderá estabelecer um referendo aos cooperados sob a forma de plebiscito, devendo esta manter-se em aberto durante todo o processo de votação, por período e condições por ela estabelecidos.

Art. 48. O Conselho de Administração deverá se reunir, obrigatoriamente com antecedência mínima de 01 (uma) semana antes da realização de Assembleia Geral, a fim de discutir os temas da Ordem do Dia.

CAPÍTULO I

Da Assembleia Geral Ordinária

Art. 49. A Assembleia Geral Ordinária reúne-se obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social, cabendo-lhe especialmente apreciar e deliberar sobre:

I - prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

- a) Relatório da Gestão;
- b) Balanço e Demonstrativos Financeiros/Contábeis;
- c) Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade;
- d) Levantamento patrimonial de todos os seus bens imóveis e móveis da Cooperativa, assim como a sua situação hipotecária; e
- e) Relatório de atividades do Conselho Fiscal.

II - destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no 1º caso, as parcelas para os Fundos obrigatórios;

19/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

III - eleição dos componentes do Conselho de Administração, dentre eles os membros da Diretoria Executiva, bem como dos integrantes do Conselho Fiscal e Conselho de Ética Cooperativista;

IV - fixação dos valores brutos dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética Cooperativista;

V - Fixação do capital mínimo para ingresso;

VI - quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os previstos nos incisos contidos no § 1º, do Art. 51 deste Estatuto.

Art. 50. A aprovação do Balanço, Contas e do Relatório do Conselho de Administração desonera os integrantes deste de responsabilidade para com a Cooperativa, salvo por erro, dolo ou fraude.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo exercício fiscal equivalente a Diretores e Conselho de Administração nas empresas de capital aberto, equipara-se a responsabilidade de Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Cooperativa.

CAPÍTULO II

Da Assembleia Geral Extraordinária

Art. 51. A Assembleia Geral Extraordinária reúne-se sempre que necessário e tem poderes para deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa, desde que constem do Edital de Convocação.

§ 1º É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma deste Estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento da Cooperativa;

III - participação da Cooperativa como fundadora ou não de sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, comerciais ou civis, qualquer que seja a forma jurídica que adotarem;

IV - mudança de objetivo da Cooperativa;

20/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

V - dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante;

VI - contas do liquidante.

§ 2º São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos cooperados presentes e com direito a voto na Assembleia Geral Extraordinária, para tornar válidas as deliberações tomadas sobre os temas relacionados no §1º acima.

TÍTULO V DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I Do Conselho de Administração

Art. 52. O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros efetivos, eleitos por Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 3 (três) anos, dos quais, um deles será obrigatoriamente o Presidente da Diretoria Executiva, que atuará como Presidente do Conselho de Administração.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração não poderão ter, entre si, laços de parentesco até 2º grau em linha reta ou colateral ou vínculo de união estável.

§ 2º Havendo simultaneidade de eleição de parentes para cargos de Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, na situação a que se refere o §1º acima, terá prioridade o candidato eleito para a Diretoria Executiva, ficando o preterido impedido de assumir seu cargo perante o Conselho de Administração.

§ 3º Havendo simultaneidade de eleição de parentes para cargos do Conselho de Administração, na situação a que se refere o §1º acima, estará inabilitado o menos votado e, em caso de empate serão aplicados os critérios previstos nos §§ 3º e 4º, do Art. 94, deste Estatuto, condição em que assumirá o cargo o candidato seguinte mais votado.

§ 4º É vedada a cumulação de quaisquer outros cargos dentro desta Cooperativa, com exceção do disposto no caput deste artigo, no Regimento Interno e para formação do Comitê de Compliance.

§ 5º O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

21/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wierzchowski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

I - reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou da maioria do próprio Conselho de Administração ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II - delibera validamente e com a presença da maioria de seus membros efetivos, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o exercício de voto de desempate; e

III - as deliberações serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos participantes, após o encerramento dos trabalhos.

§ 6º Os componentes da Diretoria Executiva, deverão exercer suas funções, mantendo total transparência de suas ações para com este Conselho e garantindo permanente integração, participação e comunicação com os demais membros vogais.

§ 7º Nos casos específicos de reiterado descumprimento do acima estabelecido ou em face de falta grave, o Conselho deverá, a qualquer tempo, convocar Assembleia Geral visando a destituição e eleição de novo membro da Diretoria Executiva, observado este Art. 52, mediante exposição, fundamentada de motivos.

Art. 53. Nos impedimentos por período inferior a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 1º O Vice-Presidente será substituído pelo Superintendente e este por um dos demais diretores ou um dos conselheiros efetivos do Conselho de Administração.

§ 2º Nos impedimentos de mais de um membro da Diretoria Executiva, o Presidente ou um dos Diretores remanescentes convocará o Conselho de Administração para indicar os substitutos dentre os seus membros.

§ 3º O(s) substituto(s) a que se refere o parágrafo anterior exercerá(ão) o(s) cargo(s) somente até o final do motivo do(s) impedimento(s) do(s) Diretor(es) substituído(s).

Art. 54. Nos impedimentos de qualquer membro da Diretoria Executiva por período superior a 90 (noventa) dias, ou se ficarem vagos os cargos de conselheiros efetivos do Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembleia Geral para que seja providenciado o preenchimento dos cargos que estão em aberto, situação em que o cooperado substituto eleito, exercerá o mandato até o final.

Art. 55. Perderá automaticamente o cargo aquele conselheiro efetivo do Conselho de Administração que faltar sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas por ano.

22/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wierzchowski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

Art. 56. Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa, controlar os resultados e cumprir com o Código de Ética e Conduta, bem como com as políticas de *compliance*, instando a Diretoria Executiva ao cumprimento das mesmas na administração da Cooperativa.

§ 1º No desempenho de suas funções cabem-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais internas da Cooperativa;

II - estabelecer a orientação geral dos negócios da cooperativa e decidir sobre questões estratégicas;

III - estabelecer, em normas regimentais internas, as sanções ou penalidades a serem aplicadas aos associados nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade que venham a ser expedida em suas reuniões;

IV - determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos serviços da sociedade;

V - avaliar o montante dos recursos financeiros e definir o plano estratégico da Cooperativa;

VI - estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;

VII - deliberar sobre o orçamento anual, a ser apresentado em Assembleia Geral;

VIII - avaliar a conveniência e sugerir que a Diretoria Executiva fixe o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;

IX - estabelecer normas complementares necessárias para o funcionamento da Cooperativa, respeitando os dispositivos estatutários e regimentais, bem como as decisões assembleares;

X - determinar a contratação, quando se fizer necessário e com propósito específico, de serviço de auditoria de controles internos (ou auditoria interna);

XI - estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;

23/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

XII - deliberar sobre a demissão, admissão, eliminação e exclusão de cooperados;

XIII - deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;

XIV - sugerir a aquisição e/ou alienação de bens imóveis da sociedade, ad referendum da Assembleia Geral;

XV - propor a criação de novos serviços, desde que haja reais e bem definidas necessidades, para dar cumprimento aos seus objetivos sociais, e com a obrigatoriedade de explicitação do capital inicial neles investido pela Cooperativa;

XVI - indicar os representantes nos órgãos dos quais a Cooperativa participar;

XVII - tomar conhecimento e opinar sobre as decisões administrativas e trabalhistas tomadas pela Diretoria Executiva;

XVIII - deliberar a respeito da indicação de coordenadores médicos cooperados para os Serviços Próprios, escolhidos pela Diretoria Executiva;

XIX - deliberar sobre os valores brutos a serem pagos a título de pró labore e/ou cédula de presença aos membros de comissões técnicas, além de estipular valores de diárias, resguardando que estes valores não ultrapassem ao máximo dos estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária;

XX - convocar os Conselhos Consultivo e de Ética Cooperativista, e, quando necessário, convocar os substitutos eventuais destes;

XXI - auxiliar a Diretoria Executiva a estabelecer as normas operacionais da Cooperativa, as quais serão baixadas em forma de Resolução do Conselho de Administração;

XXII - indicar dentre, os seus membros, os delegados às Assembleias Gerais de quaisquer cooperativas de qualquer grau das quais a Cooperativa participe;

XXIII - fazer, na hipótese de os membros do Conselho de Administração não serem em número suficiente ao preenchimento dos cargos de delegado a que se refere o inciso anterior, as indicações sobejantes, na forma do inciso XXII, deste parágrafo, as quais poderão recair em quaisquer cooperados que, na data das indicações, tenham mais de 5 (cinco) anos ininterruptos como associados da Cooperativa;

XXIV - orientar, de forma flexível e sempre em benefício da sociedade cooperativa, os sócios a não prestarem serviços médicos a empresas ou planos privados concorrentes

24/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wierzchoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

sempre que os valores de remuneração pagos por estes sejam inferiores aos exercidos pela Cooperativa;

XXV - estabelecer normas e critérios para disciplinar benefícios, tais como auxílio funeral, assistência médica e outros;

XXVI - estabelecer normas e critérios regimentais para disciplinar o credenciamento de prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas;

XXVII - propor anualmente a criação, revisão ou adequação de um Regulamento Interno do Conselho de Administração, respeitando e seguindo as melhores práticas de governança corporativa, bem como as recomendações do Comitê de Compliance;

XXVIII - escolher 01 (um) membro permanente e 01 (um) suplente para o Comitê de Compliance;

XXIX - estabelecer diretrizes, indicadores e monitorar as atividades da Diretoria Executiva juntamente com o Comitê de Compliance e auditores (internos ou independentes).

XXX - promover as estratégias e diretrizes a serem implementadas pela Diretoria, sem, todavia, interferir em assuntos operacionais;

XXXI - prevenir e administrar situações de conflitos de interesses ou de divergência de opiniões, de maneira que o interesse da cooperativa sempre prevaleça;

XXXII - deliberar sobre os valores de remuneração dos serviços prestados pelos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, levando em consideração o orçamento da Cooperativa e a situação econômico-financeira da mesma.

XXXIII - deliberar sobre a criação e alteração do Regimento Interno da Cooperativa.

Parágrafo único. Todos os membros do Conselho de Administração, assim como os membros da Diretoria Executiva, deverão ser submetidos, ao final de cada ano, a um processo de avaliação, o qual deverá ser detalhado no Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 57. O Conselho de Administração poderá criar e dissolver comissões técnicas especiais permanentes ou temporárias, bem como deliberar a respeito da indicação de cooperados, escolhidos pela Diretoria Executiva, para atribuições necessárias ao funcionamento da Cooperativa, conforme definidas em Resolução ou no Regimento Interno e no presente Estatuto.

§ 1º Cada Comissão Técnica será composta por cooperados, que estando em dia com suas obrigações cooperativas, serão indicados pela Diretoria Executiva e referendados

25/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wierzchoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

pelo Conselho de Administração, devendo, preferencialmente, não serem ao mesmo tempo membros de tais órgãos de administração.

§ 2º O ato que designar os cooperados para as funções necessárias ao funcionamento da Cooperativa, quando não previstas em outro normativo da Cooperativa, deverá especificar as atribuições da respectiva função, prazo de duração dos trabalhos, se for o caso e, ainda, a estimativa de verba de compensação pelo tempo despendido nas atividades referidas, caso sejam remuneradas.

§ 3º As deliberações e funções das comissões técnicas terão caráter consultivo e de assessoramento, além de outras que lhes atribua o Conselho de Administração.

§ 4º Os componentes das comissões técnicas poderão participar eventualmente das reuniões do Conselho de Administração e/ou Diretoria Executiva, quando convocados por estes, colaborando de forma ativa sobre os assuntos a elas pertinentes.

§ 5º As atividades dos componentes das comissões técnicas serão acompanhadas e coordenadas por um membro da Diretoria Executiva ou a quem esta determinar, a qual reportará suas conclusões e/ou resultados ao Conselho de Administração.

Art. 58. Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Cooperativa, respondendo, contudo, solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, caso venham a agir com culpa ou dolo.

§ 1º A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o *caput* deste artigo, se os houver ratificado em Assembleia Geral.

§ 2º Os administradores que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, poderão ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 4º Sem prejuízo de ação que possa caber a qualquer cooperado, a Cooperativa, por seus dirigentes, ou representada pelo cooperado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.



CAPÍTULO II

Da Diretoria Executiva

Art. 59. A Diretoria Executiva é composta por 3 (três) membros sendo eles o Presidente, o Vice-Presidente e o Diretor Superintendente.

Art. 60. Compete à Diretoria Executiva, eleita para o mandato previsto no Art. 90, dentro dos limites legais e deste Estatuto, e atendidas as decisões ou recomendações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, administrar a Cooperativa, executando as normas e deliberações sociais para o fiel cumprimento dos objetivos da Sociedade, bem como zelar pelo cumprimento da legislação cooperativista e outras aplicáveis, como também pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal e indicar o Compliance Officer.

§ 1º Para dar consecução ao que está estabelecido no *caput* deste artigo, poderá a Diretoria Executiva utilizar-se de Portarias, Instruções Normativas e outros meios visando a tomada rápida de decisões administrativas e ações, devendo levar posteriormente ao conhecimento do Conselho de Administração.

§ 2º Cabe primordialmente à Diretoria Executiva, na administração da Cooperativa, tomar as decisões administrativas pertinentes ao desenvolvimento da Cooperativa, inclusive quanto ao cooperado que se encontre em situação de inoperância habitual, porém usufruindo dos benefícios outorgados a este, isto é, sem a contrapartida de sua prestação de serviços, devendo, entretanto, justificar e obter a aprovação do Conselho de Administração para qualquer medida que resulte na eliminação ou exclusão do cooperado.

§ 3º A Diretoria Executiva não poderá contratar novos colaboradores para a Cooperativa que tenham laços de parentesco, até o 2º grau, em linha reta ou colateral, com médicos cooperados ou com outros colaboradores da Cooperativa.

§ 4º A Diretoria Executiva reúne-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação de qualquer um de seus diretores.

§ 5º Ouvido o Conselho de Administração e observadas as normas estatutárias, incumbe à Diretoria Executiva contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens imóveis.

§ 6º Respeitando o planejamento estratégico definido pelo Conselho de Administração e observadas as normas estatutárias, incumbe à Diretoria Executiva contrair obrigações, adquirir, alienar e onerar bens imóveis, nunca ultrapassando o limite estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária ou, excepcionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária.

27/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

§ 7º Deverá a Diretoria Executiva eleita indicar um Chief Executive Officer que possua comprovada qualificação técnica e experiência na área, o qual deverá ser submetido a aprovação do Conselho de Administração antes de sua efetivação.

Art. 61. Ao Presidente da Diretoria Executiva compete, entre outras, as seguintes atribuições:

I - presidir a Cooperativa, cumprindo e fazendo cumprir o seu Estatuto e Regimento Interno;

II - promover a formulação de políticas e estratégias da Cooperativa, coordenando e orientando os membros da Diretoria Executiva para proporcionar a realização das ações e atividades para o cumprimento dos objetivos da Cooperativa;

III - assinar em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

IV - assinar os cheques bancários e autorizações de fornecimentos e/ou pagamentos em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva;

V - convocar e presidir a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração e as reuniões da Diretoria;

VI - apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório do ano social, Balanço Geral, Contas, o parecer do Conselho Fiscal, bem como os planos de trabalho formulados pelo Conselho de Administração para o ano entrante;

VII - representar a Cooperativa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

VIII - indicar, para referendo do Conselho de Administração, os componentes das Comissões Técnicas e Assessorias; e

IX - cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

Art. 62. Ao Vice-Presidente da Diretoria Executiva compete, entre outras, as seguintes atribuições:

I - participar, com o Presidente, da gestão cotidiana da Cooperativa, substituindo-o nos seus impedimentos em período inferior a 90 (noventa) dias, tanto no Conselho de Administração quanto na Diretoria Executiva;



II - colaborar com os demais integrantes da Diretoria Executiva na gestão cotidiana da Cooperativa, orientando e respondendo pelas estratégias e atividades comerciais e de marketing;

III - assinar, em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

IV - assinar os cheques bancários e autorizações de fornecimentos e/ou pagamentos em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva; e

V - representar a Cooperativa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, na ausência ou impedimento do Presidente.

VI - promover a educação cooperativista permanente de membros dos órgãos societários da Cooperativa, cooperados e colaboradores, buscando a conciliação de seus interesses com os dos contratantes/usuários da Cooperativa, para alcançar os seus resultados estratégicos;

VII - coordenar os trabalhos de comissões técnicas específicas em sua área na área de educação cooperativista;

VIII - coordenar o programa de autogestão, do Plano Médico Cooperado;

IX - Estabelecer o controle de frequência e fiscalizar o comparecimento dos membros do Conselho de Ética Cooperativista às reuniões, bem como tomar a iniciativa de comunicar ao Conselho de Administração sobre a necessidade de substituição ocasional de seus membros, quando verificada a ocorrência contemplada no § 9º, do Art. 67, deste Estatuto;

X - promover anualmente o curso de formação de diretores executivos e conselheiros de administração, o qual deverá ter no mínimo 64 (sessenta e quatro) horas de duração e ser executado por empresa especializada.

Art. 63. Ao Superintendente compete, entre outras, as seguintes atribuições:

I - supervisionar a execução do serviço administrativo, estabelecendo contatos com profissionais e empregados a serviço da Cooperativa;

II - colaborar com os demais integrantes da Diretoria Executiva na gestão cotidiana da Cooperativa orientando, dirigindo e promovendo condições de infraestrutura, administrativas, financeiras e de ambiente organizacional favoráveis à execução de atividades para o alcance dos objetivos estratégicos da Cooperativa;

29/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

III - assinar, em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;

IV - assinar os cheques bancários e autorizações de fornecimentos e/ou pagamentos em conjunto com outro membro da Diretoria Executiva;

V - promover auditoria nas contas médicas, hospitalares e laboratoriais;

VI - coordenar os trabalhos da Comissão Técnica de auditores de contas médicas por especialidades, hospitalares e laboratoriais;

VII - substituir o Diretor Vice-Presidente em seus impedimentos em período inferior a 90 (noventa) dias;

VIII - representar a Cooperativa, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, na ausência ou impedimentos do Presidente e do Vice-Presidente;

IX - manter, anualmente, atualizado o registro de valores das quotas-partes do capital social da Cooperativa; e

X - fiscalizar a frequência de comparecimento dos membros do Conselho Fiscal às reuniões, tomando a iniciativa de comunicar ao Conselho de Administração a necessidade de substituição ocasional destes.

XI - Responder pelos Serviços Próprios.

Art. 64. Ao Chief Executive Officer compete, entre outras, as seguintes atribuições:

I - Planejar, organizar e controlar assuntos diversos de natureza contábil, financeira, orçamentária, tributária, administrativa e pessoal;

II - Participar do planejamento financeiro definindo metas de curto-médio-longo prazo, analisando resultados operacionais, rentabilidade individual e global e seus impactos financeiros e fiscais;

III - Ter conhecimento e participar do aprimoramento constante do produto objeto da Cooperativa;

IV - Participar da construção de rede de contatos para viabilizar novos negócios à Cooperativa;

V - Zelar pela imagem da Cooperativa;

30/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

VI - Negociar com bancos, instituições financeiras, usuários/contratantes, fornecedores, sindicatos e outras entidades privadas e governamentais; e

VII - Desenvolver política administrativa/financeira da Cooperativa e aperfeiçoar sistemas, políticas e procedimentos administrativos de uso geral, tendo em vista uniformizar, simplificar e aumentar a eficácia de suas atividades.

CAPÍTULO III

Do Conselho Consultivo Institucional

Art. 65. O Conselho Consultivo Institucional é constituído pelo Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Federação das Unimed's de Santa Catarina, Presidente da Associação Catarinense de Medicina (ACM), Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Cremesc), Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina (Simesc), Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Sescoop), Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) e Presidente da Unicred Florianópolis.

Art. 66. O Conselho Consultivo Institucional possui a finalidade de prover parecer a respeito de assuntos relevantes para a Cooperativa e comunidade médica, sem caráter deliberativo.

CAPÍTULO IV

Do Conselho de Ética Cooperativista

Art. 67. O Conselho de Ética Cooperativista é constituído por 5 (cinco) membros efetivos, com mais de 5 (cinco) anos de atuação regular na cooperativa e preenchendo os requisitos previstos no Regimento Interno, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, concomitantemente ao Conselho de Administração, para igual mandato de 3 (três) anos.

§ 1º O Conselho de Ética Cooperativista deverá, a cada início de mandato, eleger o seu membro representante para compor o Comitê de Compliance.

§ 2º O Conselho de Ética Cooperativista reunir-se-á ordinariamente conforme disposto no Regimento Interno e, em caráter extraordinário, quando convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por maioria absoluta de seus membros efetivos, pelo coordenador do Conselho Fiscal ou pelo Comitê de Compliance, que deverá estar presente aos trabalhos para expor aos vogais os motivos da convocação.

31/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

11/01/2021

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

§ 3º O Conselho de Ética Cooperativista será coordenado por um dos seus membros, escolhido por votação interna na primeira reunião após a eleição, o qual terá mandato de 01 (um) ano, admitida apenas uma renovação, podendo o membro eleito ser substituído a qualquer tempo.

§ 4º O Conselho de Ética Cooperativista deverá eleger, na primeira reunião após a eleição, um secretário, o qual terá mandato de 01 (um) ano, admitida apenas uma renovação, podendo o membro eleito ser substituído a qualquer tempo, sendo suas atribuições lavrar as atas das reuniões e substituir o coordenador em caso de ausência deste.

§ 5º As deliberações do Conselho de Ética Cooperativista serão válidas se tomadas pela maioria simples de seus membros presentes, proibida a representação e, no caso da reunião ser realizada com número par de votantes, caberá ao Coordenador eleito o eventual voto adicional de desempate.

§ 6º As deliberações do Conselho de Ética Cooperativista serão consignadas em ata circunstanciada, lavrada em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelos participantes, após o encerramento dos trabalhos.

§ 7º O Conselho de Ética Cooperativista terá por funções:

I - discutir sobre questões que envolvam possível transgressão ao código de ética médica, emitindo parecer a respeito da pertinência de encaminhamento de denúncia ao Conselho Regional de Medicina;

II - instaurar e instruir processos ético-disciplinares, conforme disposto no Regimento Interno, submetendo-os para decisão do Conselho de Administração;

III - instruir e julgar os processos de sindicância, conforme disposto no Regimento Interno;

IV - caso necessário, processar administrativamente e aplicar eventuais medidas disciplinares aos cooperados da Cooperativa, de acordo com o disposto neste Estatuto e no Regimento Interno da Cooperativa.

§ 8º Os membros do Conselho de Ética Cooperativista participarão de forma ativa com direito a voz e voto em todas as tramitações e deliberações das sindicâncias e nos processos ético-administrativos instaurados contra cooperados da Cooperativa.

§ 9º A ausência de qualquer um de seus membros em 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas por ano, sem apresentar justificativa por escrito ao Coordenador eleito do Conselho de Ética Cooperativista, ensejará na sua substituição oficial pelo primeiro cooperado excedente na ordem da lista de votação da Assembleia Geral Ordinária de eleição, ou, os subsequentes, para completar o mandato do membro substituído.

32/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

§ 10. Os membros do Conselho de Ética Cooperativista não poderão ter, entre si, laços de parentesco até o 2º grau em linha reta ou colateral ou vínculo de união estável.

§ 11. Os membros presentes às reuniões farão jus à cédula de presença em valor definido em Assembleia Geral.

§ 12. É vedado o direito a voto aos membros do Conselho de Ética Cooperativista que estejam avaliando e emitindo parecer de casos relacionados com médicos da mesma especialidade, e/ou médicos com laços de parentesco até segundo grau, e/ou vínculo de união estável, e/ou com quem tenham relação societária ou contratos de prestação de serviços médicos.

§ 13. Para participar do Conselho de Ética Cooperativista o membro não poderá ter tido processo ético-administrativo julgado procedente junto a cooperativa, Conselho Regional de Medicina, Conselho Federal de Medicina ou quaisquer outros órgãos de classe.

§ 14. O Coordenador do Conselho de Ética Cooperativista deverá propor anualmente a criação, revisão ou adequação do Regimento Interno do próprio Conselho de Ética, respeitando e seguindo as melhores práticas de Governança.

CAPÍTULO V

Do Conselho Fiscal

Art. 68. O Conselho Fiscal é o órgão representativo dos interesses societários junto à Administração.

§ 1º O Conselho Fiscal terá, dentre outras, função precípua de acompanhar, orientar e fiscalizar, assídua e minuciosamente, as práticas administrativas, operacionais e econômico-financeiras da Cooperativa, zelando pelo adequado atendimento das disposições estatutárias e regimentais, bem como a legislação regulatória e legal aplicável.

§ 2º Ao final de cada exercício, o Conselho Fiscal reportar-se-á à Assembleia Geral Ordinária, apresentando as conclusões que obteve, recomendando ou não a aprovação das contas da administração referente ao referido exercício.

§ 3º Sem prejuízo do disposto acima, compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:



- I** - conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria Executiva e/ou Assembleia Geral;
- II** - verificar se os extratos das contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- III** - examinar se os montantes das despesas e inversões realizadas estão em conformidade com os planos de decisão do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e da Assembleia Geral;
- IV** - verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem, em volume, qualidade e valor, às previsões feitas e às conveniências econômico-financeiras da Cooperativa;
- V** - examinar se a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e demais órgãos da Cooperativa, vêm se reunindo regularmente, bem como se todos os membros estão exercendo de forma satisfatória suas funções;
- VI** - averiguar se existem reclamações dos cooperados quanto aos serviços prestados pela Cooperativa;
- VII** - verificar se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos são atendidos com pontualidade;
- VIII** - solicitar e apurar mensalmente a existência de demandas trabalhistas, fiscais, administrativas e judiciais contra a Cooperativa e averiguar as providências tomadas;
- IX** - averiguar se existem problemas com colaboradores da Cooperativa;
- X** - estudar o balancete e outros demonstrativos mensais, o Balanço e o Relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes à Assembleia Geral;
- XI** - informar à Diretoria Executiva e ao Comitê de Compliance sobre as conclusões dos seus trabalhos, denunciando ao Conselho de Administração, à Assembleia Geral ou às autoridades competentes as irregularidades constatadas e convocar a Assembleia Geral se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- XII** - apurar se existem exigências ou deveres a cumprir perante às autoridades fiscais, trabalhistas, ou administrativas, bem como, quanto aos órgãos do cooperativismo.



§ 4º Para os exames e a verificação dos livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, o Conselho Fiscal deverá contratar o assessoramento dos serviços de auditoria independente, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

§ 5º Em se tratando de temas específicos e relevantes para a Cooperativa, nos quais o Conselho Fiscal não se sinta em condições de opinar por falta de conhecimento técnico, poderá contratar assessoria necessária, devendo comunicar sua decisão na próxima Assembleia Geral no item "assuntos gerais, sem caráter deliberativo".

Art. 69. O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida e aconselhável a reeleição de apenas 2 (dois) dos seus membros, por somente mais 1 (um) mandato.

§ 1º Os membros do Conselho Fiscal não poderão ter, entre si, nem com membros do Conselho de Administração ou Diretoria Executiva, laços de parentesco até o 2º grau em linha reta ou colateral, ou vínculo de união estável.

§ 2º Para concorrer ao cargo de Conselheiro Fiscal, o cooperado deverá estar em pleno gozo de seus direitos e deveres, de acordo com os requisitos legais e estatutários.

§ 3º Após eleito, o Conselheiro Fiscal deverá participar, num prazo de até 60 (sessenta) dias, de um treinamento específico para conselheiros promovido pelo sistema cooperativo, ou comprovar ter realizado o referido curso nos últimos 3 (três) anos.

§ 4º Caso o Conselheiro Fiscal não apresente esta certificação ou deixe de participar do treinamento, o Conselho Fiscal deverá estabelecer novo prazo para participação em treinamento.

§ 5º Todos os membros do Conselho Fiscal deverão ser submetidos, ao final de cada ano, a um processo de avaliação, o qual deverá ser detalhado no Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 70. A ausência de qualquer um de seus membros em 3 (três) reuniões consecutivas, sem apresentar justificativa por escrito ao Coordenador, este deverá substituí-lo oficialmente pelo primeiro cooperado excedente na ordem da lista de votação da Assembleia de eleição, ou, os subsequentes, para completar o mandato daquele.

Art. 71. Ao Coordenador do Conselho Fiscal, eleito dentre os membros efetivos, compete, entre outras, as seguintes atribuições:

I - representar o Conselho Fiscal;

35/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

II - convocar e coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - distribuir matérias para estudo, designando relatores;

IV - solicitar aos setores competentes, por decisão do Conselho Fiscal, as informações e esclarecimentos de ordem contábil, financeira e técnico-operacional;

V - solicitar à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho de Administração o pagamento das despesas de viagem de seus membros, quando a serviço ou em representação do Conselho Fiscal;

VI - marcar as datas das reuniões ordinárias e convocar as extraordinárias;

VII - designar Secretário *ad hoc* para as reuniões do Conselho Fiscal;

VIII - assinar termos de abertura e de encerramento do Livro de Presença, bem como rubricar suas folhas;

IX - propor anualmente a criação, revisão ou adequação do Regimento Interno do Conselho Fiscal, respeitando e seguindo as melhores práticas de governança.

Art. 72. Aos membros efetivos do Conselho Fiscal competem as seguintes atribuições:

I - exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho Fiscal;

II - emitir parecer conclusivo sobre qualquer matéria, quando investidos da função de relator; e

III - pedir vistas de processos ou outros documentos necessários a seu esclarecimento e orientação, obrigando-se a emitir relatórios circunstanciados no prazo definido pelo Coordenador.

Art. 73. Os disciplinamentos, deveres e a operacionalização das atribuições do Conselho Fiscal são previstos no Regimento Interno da Cooperativa.

Art. 74. O Conselho Fiscal deverá reunir-se antes da realização da Assembleia Geral Ordinária para discutir os assuntos da pauta definida.

§ 1º O parecer para a Assembleia Geral Ordinária será elaborado ao final do ano social da Cooperativa, culminando com o parecer sobre a prestação de contas aos cooperados.

§ 2º O parecer para a Assembleia Geral Ordinária constará integralmente da ata da reunião de deliberação do Conselho Fiscal pertinente.

36/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

CAPÍTULO VI

Do Comitê de Compliance

Art. 75. A Cooperativa instituirá uma estrutura de compliance.

§ 1º. Para fins deste Estatuto, entende-se como *compliance* o conjunto de mecanismos e procedimentos internos com o objetivo de prevenir, detectar e remediar desvios, irregularidades e violações a leis, normas e regulamentos aplicáveis à Cooperativa, bem como estabelecer condutas éticas, íntegras e transparentes a serem seguidas por todos administradores, colaboradores e cooperados.

§ 2º. A estrutura de *compliance* será estabelecida de acordo com as boas práticas nacionais e internacionais pertinentes, e especialmente de acordo com o disposto na Lei 12.846/2013 e no Decreto Regulamentador 8.420/2015, em conjunto denominados “Lei Anticorrupção”.

Art. 76. A estrutura de *compliance* será composta por: (i) Comitê de Compliance; (ii) Compliance Officer e (iii) Departamento de Compliance.

Do Comitê de Compliance

Art. 77. O Comitê de Compliance será composto da seguinte forma:

I - Pelo Vice-Presidente;

II - 01 (um) membro a ser indicado pelo Conselho de Administração;

III - 01 (um) membro a ser indicado pelo Conselho de Ética Cooperativista;

IV - 01 (um) membro a ser indicado pelo Conselho Fiscal;

V - Pelo Chief Executive Officer (CEO);

VI - Pelo Compliance Officer, indicado e eleito pelo próprio Comitê de Compliance e referendado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único: Os Conselhos Fiscal, de Administração e de Ética Cooperativista deverão eleger os seus membros efetivos e suplentes, que farão parte do Comitê de Compliance.

Art. 78. Os membros do Comitê de Compliance deverão:

37/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

I - ter reputação ilibada;

II - experiência corporativa;

III - assinar termo de confidencialidade e declaração de conflito de interesses;

IV - comunicar eventuais conflitos de interesse e abster-se de participar da discussão e votação do item conflitante que lhe diz respeito. Caso um dos membros identifique uma situação de conflito de interesse não declarada, cabe a ele imediatamente informá-la aos demais membros para as devidas providências;

V - Realizar cursos e treinamentos específicos e necessários ao exercício da função.

Art. 79. O Comitê de Compliance reunir-se-á uma vez ao mês e extraordinariamente quando necessário.

Art. 80. Compete ao Comitê de Compliance, entre outras atribuições:

I - auxiliar na implementação, revisão, zelo e monitoramento do Programa de Compliance.

II - analisar os relatórios enviados pelo Compliance Officer e tomar as providências necessárias;

III - Reportar ao Conselho de Administração, periodicamente, sobre as suas atividades;

IV - Analisar e reportar aos Conselhos de Administração e de Ética Cooperativista os casos de violações das normas de *compliance*, às leis aplicáveis, ao Código de Ética Médica, ao Estatuto, ao Regimento Interno, e normas e regulamentos internos, regulatórios ou legais, para que sejam tomadas as devidas providências;

V - Aprovar e revisar o plano anual de *compliance*, bem como os códigos e políticas de *compliance*, elaborados pelo Compliance Officer;

VI - Propor ao Conselho de Administração o orçamento para o Departamento de Compliance;

VII - Realizar investigação de *compliance*;

VIII - Contratar assessoria técnica especializada quando necessário;

IX - assegurar a implementação de canal de comunicação específico para reporte de violações de *compliance*;

38/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

X - Analisar os casos de conflitos de interesses e reportar ao Conselho de Administração;

XI - Reunir-se regularmente com as Diretorias Gerais, Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho de Ética Cooperativista, e demais comitês da Cooperativa, podendo ter acesso às suas informações e/ou documentos.

Do Compliance Officer

Art. 81. O Compliance Officer será sempre escolhido pelo Comitê de Compliance, com o aval do Conselho de Administração.

Art. 82. Compete ao Compliance Officer:

I - coordenar as atividades da área de Compliance;

II - Propor Desenvolver e submeter ao Comitê de Compliance o Plano Anual de Compliance, que reflita os principais riscos da Cooperativa, estratégias a serem implementadas e previsão de orçamento. O Plano Anual de Compliance deverá conter os controles adequados aos processos presentes e futuros;

III - Desenvolver, implementar e zelar pela eficácia do Programa de Compliance, monitorando-o e revisando-o juntamente com o Comitê de Compliance;

IV - desenvolver e aprimorar códigos de ética, conduta e políticas e procedimentos de *compliance* da Cooperativa;

V - assegurar que as políticas de *compliance*, legislação anticorrupção e regulatória sejam difundidas, compreendidas e cumpridas por todos os colaboradores e cooperados da Cooperativa;

VI - contribuir para a promoção de um ambiente ético e boa reputação da Cooperativa;

VII - minimizar os riscos relacionados aos conflitos de interesse existentes na Cooperativa;

VIII - promover treinamentos regulares para os colaboradores, cooperados e membros dos órgãos de administração da Cooperativa;

IX - apoiar a Cooperativa nos seus negócios e parcerias, agregando valor à marca e reputação da Cooperativa e ao Sistema Cooperativo Unimed;

X - reportar, periodicamente, ao Comitê de Compliance e ao CEO as questões de *compliance*, podendo, a qualquer momento e a seu critério, reportar diretamente à Diretoria



Executiva, aos Conselhos de Administração, Fiscal e de Ética Cooperativista, ou ainda à Assembleia Geral;

Art. 83. O Compliance Officer trabalhará com independência e plena autonomia, podendo:

I - iniciar investigação de *compliance* a qualquer momento;

II - ter acesso a toda informação e/ou documento de todas as diretorias, conselhos e gerências da Cooperativa;

III - e ter livre comunicação com os cooperados e funcionários, sem a necessidade de qualquer autorização para emitir comunicados, informativos ou outros meios de contato.

Do Departamento de Compliance

Art. 84. O Departamento de Compliance é o órgão responsável pelo oferecimento de suporte técnico ao Compliance Officer, visando assegurar o cumprimento e eficácia do Programa de Compliance.

§ 1º Os membros do Departamento de Compliance serão escolhidos pelo Comitê de Compliance e Diretoria Executiva e deverão possuir perfis complementares, de modo a compor um departamento multidisciplinar.

§ 2º O Departamento de Compliance será composto (i) por colaboradores de departamentos/gerências da Cooperativa, mediante gratificação ou (ii) por colaboradores contratados exclusivamente para este fim.

Art. 85. As atividades do Departamento de Compliance são sujeitas a auditorias de terceira parte.

Art. 86. As demais disposições sobre a estrutura de *compliance* da Cooperativa deverão constar em Regimento Interno próprio e no Plano Anual de Compliance

TÍTULO VI DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 87. As normas que regerão o processo eleitoral serão detalhadas no Regimento Interno da Cooperativa sob o título de "Processo Eleitoral".



Art. 88. O Conselho de Administração deverá designar, por meio de Resolução, uma Comissão Eleitoral, composta por, no mínimo, 3 (três) cooperados, para conduzir o processo eleitoral, sempre que houver eleição de Conselhos e/ou Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A Comissão Eleitoral poderá expedir normas adicionais que regerão o processo eleitoral, quando não constarem neste Estatuto e no Regimento Interno da Cooperativa, desde que não sejam conflitantes.

Art. 89. As eleições para os cargos da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho de Ética Cooperativista e Conselho Fiscal serão realizadas na Assembleia Geral Ordinária, do ano dos respectivos mandatos vencidos.

Art. 90. A Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e de Ética Cooperativista serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 03 (três) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano, devendo todos os membros integrantes de tais órgãos serem cooperados atuantes da Cooperativa.

§ 1º A posse dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração dar-se-á até o 30º (trigésimo) dia após a eleição, para contemplar o processo de transição, restando este período para que os novos membros eleitos acompanhem os anteriores, recebendo as necessárias informações.

§ 2º Os membros eleitos do Conselho Fiscal e de Ética Cooperativista serão empossados logo após efetivada a eleição.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva poderão ocupar quaisquer dos cargos diretivos pelos 3 (três) anos de todo o mandato imediatamente subsequente, sendo permitida a reeleição por somente mais 1 (um) mandato.

§ 4º Os Conselheiros poderão ser eleitos para mandatos consecutivos, observada a renovação obrigatória de 1/3 (um terço) do total dos membros do Conselho de Administração.

Art. 91. São critérios para o cooperado candidatar-se aos cargos de Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

I - Ter realizado curso de formação de conselheiros promovido pela Cooperativa ou curso de diretores, governança ou gestão reconhecidos com mínimo de 64 (sessenta e quatro) horas de duração;

II – Ter tempo mínimo de cooperação na Cooperativa de 3 (três) anos; e



III – Ter participado em 2/3 (dois terços) das Assembleias Gerais da Cooperativa nos últimos 3 (três) anos.

Art. 92. Deverão se inscrever de forma agrupada em chapa apenas os candidatos à Diretoria Executiva.

Parágrafo único. A chapa da Diretoria Executiva deverá ser apresentada com os nomes de cada cooperado por cargo, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Superintendente.

Art. 93. Os candidatos ao Conselho de Administração, Conselho de Ética Cooperativista e Conselho Fiscal serão eleitos individualmente na Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo único. Os nomes dos candidatos aos Conselhos de Administração, Fiscal e Ética Cooperativista deverão ser apresentados à Comissão Eleitoral seguindo os regimentos que serão expedidos pela própria Comissão conforme disposto no Art. 88 deste Estatuto.

Art. 94. Os votos dos cooperados para eleição dos membros dos Conselhos e/ou Diretoria Executiva serão sempre secretos, permitida a utilização de sistemas e tecnologias conforme disposto no Art. 43 § 1º deste Estatuto.

§ 1º A eleição dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Conselho de Ética Cooperativista será por maioria simples do total de votos dos cooperados participantes no momento da votação e que não estejam impedidos de votar, conforme o disposto no Art. 46 deste Estatuto.

§ 2º A eleição dos membros dos Conselhos de Administração, Ética Cooperativista e Fiscal será realizada de forma individual, sendo que cada cooperado votante poderá escolher apenas 3 (três) candidatos para cada Conselho.

§ 3º Havendo empate na eleição para Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e/ou Conselho de Ética Cooperativista serão sempre obedecidos aos seguintes critérios de desempate, pela ordem:

I - maior tempo de cooperação na Cooperativa; e

II - maior idade.

§ 4º No caso de empate entre chapas para a Diretoria Executiva, as regras acima serão aplicáveis apenas ao candidato para o cargo de Presidente.



Art. 95. São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

Parágrafo único. Os impedimento(s) constante(s) deste artigo, requer(em) que o cooperado apresente documento comprobatório de sua condição de elegibilidade, a critério da Comissão Eleitoral, o que será feito até o 5º dia útil após sua notificação.

Art. 96. Os mandatos dos ocupantes de cargos da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Ética Cooperativista e Fiscal, quando não houver previsão em contrário neste Estatuto, perduram até a eleição e posse de seus substitutos.

TÍTULO VII

DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS, DOS FUNDOS E INVESTIMENTOS

Art. 97. O Balanço Anual será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações e serviços, em conformidade com a terminologia cooperativista, permitindo uma exata compreensão das atividades associativas da Cooperativa, atendendo a legislação vigente.

§ 2º As despesas da Cooperativa serão atendidas pelos cooperados, na proporcionalidade da prestação de serviços prestados pelos mesmos por seu intermédio.

§ 3º Os créditos não reclamados pelos cooperados, decorridos 5 (cinco) anos, o produto de taxa cobrada sobre transferência de quotas-partes e os auxílios e doações sem destinação especial, reverterão automaticamente ao Fundo de Reserva da Cooperativa.

§ 4º A Cooperativa deverá informar aos cooperados a existência de créditos existente em seu favor, por carta ou correio eletrônico, com aviso de recebimento.

Art. 98. Além dos fundos obrigatórios estabelecidos pela Lei do Cooperativismo, somente a Assembleia Geral poderá criar ou desfazer outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Art. 99. As sobras verificadas no Balanço do Exercício serão obrigatoriamente distribuídas da seguinte forma:



I - 10% (dez por cento), pelo menos, para o FR - Fundo de Reserva, destinado a atender o desenvolvimento das atividades da Cooperativa e reparar eventuais perdas de qualquer natureza que a Cooperativa venha a sofrer, sendo indivisível entre os cooperados mesmo no caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, hipótese em que será recolhido ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, ou outra instituição congênere que eventual e oficialmente o substitua, juntamente com o saldo remanescente não comprometido;

II - 5% (cinco por cento), pelo menos, para o FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Cooperativa, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. No caso de dissolução e liquidação da Cooperativa, será recolhido ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo, ou outra instituição congênere que eventual e oficialmente o substitua, juntamente com o saldo remanescente não comprometido.

III - o saldo restante ficará à disposição da Assembleia Geral.

Art. 100. O saldo remanescente positivo, se distribuído aos cooperados, será proporcionalmente às operações realizadas por cada cooperado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

Parágrafo único. Para fins deste Estatuto considera-se produção todo o valor pago ao cooperado, seja ele pessoa física ou jurídica, como forma de remuneração por serviços prestados aos clientes da Cooperativa.

Art. 101. As eventuais perdas verificadas no exercício, não cobertas pelo Fundo de Reserva, serão rateadas entre os cooperados utilizando o mesmo critério da distribuição de sobras, descrito no caput do Art. 100 deste estatuto social.

Art. 102. Todo processo decisório que envolver investimento ou desinvestimento, com ações que individualmente ou em conjunto superem valor total (incluindo custos diretos e indiretos) de 5% (cinco por cento) do faturamento bruto do ano anterior da Cooperativa, deverá ser previamente aprovado em Assembleia Geral em item específico da ordem do dia.

TÍTULO VIII DOS LIVROS

Art. 103. A Cooperativa terá os seguintes livros, em arquivos físicos ou eletrônicos:

I - de matrícula;

II - de atas das Assembleias Gerais;

44/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

- III** - de atas reuniões do Conselho de Administração;
- IV** - de atas das reuniões da Diretoria Executiva;
- V** - de atas reuniões do Conselho Fiscal;
- VI**- de atas das reuniões do Conselho de Ética Cooperativista;
- VII** - de atas das reuniões do Comitê de Compliance;
- VIII** - de presenças às Assembleias Gerais;
- IX**- de Registro de Candidaturas às eleições sociais; e
- X**- outros, fiscais e contábeis, obrigatórios.

Parágrafo único - Na hipótese de serem mantidos livros eletrônicos ou, excepcionalmente, arquivos físicos com folhas soltas, os documentos listados acima deverão apresentar a devida numeração sequencial.

Art. 104. No Livro de Matrículas, os cooperados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- I** - nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência, no caso de cooperados pessoas físicas;
- II** - razão social, CNPJ, CNES, NIRE e endereço da sede, no caso de pessoas jurídicas;
- III**- a data de sua admissão e quando for o caso, de sua demissão, eliminação ou exclusão da Cooperativa;
- IV** - quotas-partes subscritas; e
- V** - quotas partes integralizadas, com indicação da conta interna das respectivas quotas-partes do capital social.

TÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA COOPERATIVA

Art. 105. A Cooperativa se dissolverá de pleno direito:

45/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021

I - quando for deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, desde que os cooperados, totalizando o número mínimo exigido por Lei, não se disponham à sua continuidade;

II - devido à alteração de sua forma jurídica;

III - pela redução do número mínimo de cooperados ou do capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 06 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

IV - pelo cancelamento da autorização para funcionamento, através do órgão competente;

V - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias; ou

VI - pela consecução dos objetivos predeterminados.

Parágrafo único. A dissolução da Cooperativa importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro.

Art. 106. Quando a dissolução da Cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no artigo anterior, a medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperado ou por iniciativa do órgão executivo federal.

TÍTULO X DOS ATOS COOPERATIVOS

Art. 107. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados/cooperados, bem como todos os atos, internos ou externos, necessários à atividade do cooperado e à consecução dos objetivos sociais.

Parágrafo único. O ato cooperativo não implica operação de mercado, prestação de serviços a terceiros, receita financeira, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria.

Art. 108. Inclui-se entre os atos cooperativos, por se considerar indispensável à realização dos objetivos sociais, a utilização pelos cooperados dos serviços hospitalares e dos serviços auxiliares de diagnóstico e terapia como condição do exercício pleno de suas atividades profissionais, no âmbito das disponibilidades oferecidas pela Cooperativa através da sua rede própria, contratada ou credenciada.



TÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 109. A Cooperativa é aderente ao programa de autogestão do cooperativismo catarinense, cumprindo os dispositivos nele contidos.

Art. 110. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pelo Conselho de Administração, salvo se envolverem matéria exclusiva de Assembleia Geral, de acordo com a Lei e conforme os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos assistenciais e de fiscalização do cooperativismo.

Art. 111. Nenhum dispositivo deste Estatuto deverá ser interpretado no sentido de impedir os profissionais cooperados de se credenciarem ou referenciarem a outras operadoras de planos de saúde ou seguradoras especializadas em saúde, que atuam regularmente no mercado de saúde suplementar, bem como deverá ser considerado nulo de pleno direito qualquer dispositivo estatutário que possua cláusula de exclusividade ou de restrição à atividade profissional.

Art. 112. Este Estatuto entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, devendo a Cooperativa adaptar-se aos novos dispositivos.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2020.

Théo Fernando Bub
Presidente do Conselho de Administração
Unimed Grande Florianópolis - Cooperativa de Trabalho Médico

47/47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021



202303357

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
PROTOCOLO	202303357 - 05/01/2021
ATO	019 - ESTATUTO SOCIAL
EVENTO	019 - ESTATUTO SOCIAL

MATRIZ

NIRE 42400001220
CNPJ 77.858.611/0001-08
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/01/2021
SOB N: 20202303357

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 15506720963 - THEO FERNANDO BUB



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/01/2021

Arquivamento 20202303357 Protocolo 202303357 de 05/01/2021 NIRE 42400001220

Nome da empresa UNIMED GRANDE FLORIANOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 526043461604645

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/01/2021 por Renata da Silva Wiezorkoski - Secretária-geral em exercício

11/01/2021